



Leia neste número:

UGT nos seus dez anos de luta	01
Unidas centrais querem alterar reforma	02
Reforma aumentará processos	02
Dia Internacional da Mulher Negra e Latina	03
Racismo no Trabalho	03
CONTEC comemora seus 59 anos	04
FETHESP discute reforma trabalhista	04
Assembleia de São Paulo homenageia UGT	04
Assédio Sexual no Trabalho	04



Leia: Reforma da Previdência: Nenhum Direito a Menos

UGT nos seus dez anos de luta

Na chegada dos 10 anos da União Geral dos Trabalhadores (UGT), esta que é a segunda maior central sindical do país, a palavra do **presidente Ricardo Patah** e do **Secretário Nacional de Organização e Políticas Sindicais da UGT, Chiquinho Pereira**:

"No princípio o verbo da nossa fundação era e sempre o será unir! Ele, esse verbo, ainda marca a alma e as ações da União Geral dos Trabalhadores (UGT), mesmo agora que ela completa digna e heroicamente dez anos de vida. Somos filhos da união e não da divisão. E esse verbo, eternamente respeitando nossa diversidade, sempre nos guiará.

No dia 19 de julho de 2017 completamos dez anos de idade. Em nosso Congresso de Fundação, participaram quase quatro mil dirigentes sindicais. Mais de sessenta delegações internacionais.

Nossa trajetória teve seu início quando os dirigentes máximos da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), da Social Democracia Sindical (SDS) e de um amplo conjunto de sindicatos independentes – com destaque ao Sindicato dos Comerciantes e ao Sindicato dos Padeiros, ambos de São Paulo - decidiram que era preciso dar um novo rumo para o movimento sindical brasileiro.

Se pudermos precisar um momento decisivo da largada dessa fantástica trajetória que decidimos iniciar a caminhar por territórios a serem desbravados, desvendados, construídos, podemos, sem pestanejar, apontar uma histórica reunião realizada ainda em abril de 2007, na cidade litorânea de Praia Grande, no auditório da Colônia de Férias do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, quando nossos fundadores aprovaram o **Manifesto de Fundação da UGT** e decidiram que deveria também escrever uma **Declaração de Princípios da UGT** para ser apresentado ao congresso fundacional.

A partir de então, as trabalhadoras e trabalhadores de vinte e seis estados e no Distrito Federal abraçaram a bandeira da UGT e construíram suas respectivas Executivas Estaduais. Um feito e tanto, que beneficiou a luta dos trabalhadores em todas as unidades federativas do nosso querido Brasil.

A UGT é uma central sindical jovem, mas já calejada por conta da tradição de lutas dos seus experientes e históricos dirigentes sindicais, dignos representantes dos trabalhadores, que lhe deram vida bem como pelas batalhas feitas entre 2007-2017, dez anos, olha só como o tempo passa rápido, empreendidas também em conjunto com as novas gerações de sindicalistas que encontraram na UGT um continente seguro e com dirigentes que sabem o rumo a seguir dentro da democracia e da geografia sindical brasileira.

A UGT é pela democracia, liberdade, laicidade e pluralismo! Todos os partidos estão dentro da UGT, mas a UGT não pertence a nenhum partido. A UGT pertence aos trabalhadores!

O momento atual é de crise e de ataque aos direitos dos trabalhadores e ao movimento sindical. Pelos discursos feitos contra as trabalhadoras e trabalhadores de muitos congressistas e empresários, parece até que a culpa de o Brasil estar em recessão, desemprego, déficit fiscal etc., pertence aos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores. Vamos superar isso. Com luta e dignidade.

Vivam as trabalhadoras e os trabalhadores do Brasil e de todo o mundo!

Vivam os Dez Anos da UGT!



Unidas centrais querem alterar reforma

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, juntamente com a Força Sindical, Nova Central, CSB, CTB e CSP Conlutas realizaram uma reunião, na tarde desta segunda-feira (24), para deliberar quais ações as entidades fariam a partir de agora que a proposta de reforma trabalhista foi aprovada pelo Senado Federal e sancionada pelo presidente Temer. Os sindicalistas reforçaram a necessidade de ampliação da unidade das entidades para construírem e defenderem juntas uma proposta de medida provisória modificando pontos da reforma trabalhista.

Durante o encontro foi pontuado os temas que as centrais defenderão mudança na reforma trabalhista, entre elas a contribuição de negociação coletiva, contrato de trabalho intermitente, homologação de rescisão do contrato, jornada 12x36, trabalho de gestante em locais insalubres, trabalho autônomo e salvaguarda de trabalhador terceirizado.

Para **Chiquinho Pereira, secretário de Organização e Política Sindical da UGT** não adianta chorar o leite derramado a proposta já foi aprovada e agora é preciso fortalecer a unidade das Centrais em causas comuns. "Não adianta a gente firmar um compromisso aqui e logo em seguida fazer reunião em separado com parlamentares ou o presidente, precisamos trilhar um caminho único."

O dirigente fez um relato de como foi a reunião com o presidente Temer, que aconteceu no dia 20 e disse que essa questão da reforma trabalhista ainda não acabou. "Agora temos que conversar com a sociedade, com o congresso e com a Casa Civil para que a Medida Provisória seja aprovada", disse Chiquinho.

Canindé Pegado, secretário Geral da UGT também defendeu a maior unidade das centrais, realinhando as ações de luta para que a organização da classe trabalhadora possa se reestruturar depois da aprovação da reforma trabalhista. "Fizemos de tudo para negociar as reformas, fizemos mobilizações, mas a luta foi desigual, pois o congresso foi todo intransigente e aprovou leis que interessavam somente o setor patronal."

"Por mais que se tivesse um projeto de reforma, em algum momento abre-se espaço para negociação, que é o que acontece numa democracia, mas dessa vez não, todos os poderes se juntaram e todos estavam fechados pela reforma trabalhista, isso foi uma luta desigual", explicou Pegado.

Reforma aumentará processos na Justiça

Contestada por retirar direitos, a reforma trabalhista, sancionada pelo presidente Michel Temer na última quinta-feira (13) – Lei 13.467 –, resultará em uma "enxurrada" de ações na Justiça do Trabalho. Essa é a avaliação da **vice-presidenta da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Porto**.

Segundo ela, a Justiça do Trabalho passará a ser mais necessária para o trabalhador brasileiro. "Essa reforma não é uma lei que promove pacificação nas relações de trabalho, na verdade, ela potencializa o conflito. Vai caber ao Tribunal Superior do Trabalho interpretar os dispositivos da nova lei e contrastá-la com a Constituição e as convenções internacionais ratificadas pelo Brasil. A gente estima que haverá muito mais ações na Justiça do que temos atualmente", explica.

Noemia destaca três pontos da reforma considerados prejudiciais. "O primeiro é aquele que permite e a negociação coletiva abaixo do patamar legal mínimo brasileiro. Ela piora as condições sociais do trabalhador, além de violar a Convenção 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que o Brasil ratificou", afirma. "Ainda nesse tema, há outros dispositivos que permitem que prevaleça a negociação direta do trabalhador com o empregador, e nós sabemos que o empregado não tem condições de negociar de forma igual com o seu chefe."

O segundo ponto negativo, avaliado por ela, é relacionado ao tema de saúde e segurança do trabalhador. "Há a possibilidade de jornadas negociadas de 12 horas para qualquer categoria, a diminuição de 1 hora para 30 minutos de almoço, e a repartição das férias. São todos temas sobre a recuperação física e emocional dos trabalhadores."

O último tema que preocupa a juíza é sobre a tentativa da reforma de limitar a interpretação da Justiça do Trabalho sobre os acordos de negociação coletiva. "Isso é inédito e fere a independência judicial consagrada na Constituição." (RBA).



DIEESE e UGT debatem reforma Trabalhista



Dia Internacional da Mulher Negra e Latina

Dia 25 de Julho é o Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. A data marca a luta da mulher negra pela inclusão nos espaços de poder, contra a violência que a atinge em maior número e contra o preconceito de raça e gênero, entre outros desafios.



Segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **49,5% das mulheres brasileiras se consideram pretas e pardas.**

De acordo com os dados do Ministério da Saúde, a mortalidade materna na mulher negra tem aumentado nos últimos anos, ao contrário do observado na média da brasileira. Cerca de 60% dos óbitos maternos registrados no país são de pretas ou pardas (segundo dados preliminares de 2013 da CGAIE/SVS/MS). O principal motivo de morte materna entre mulheres negras (pardas e pretas) é a hipertensão, seguida de hemorragia.

A hemorragia causa o maior número de mortes maternas. Quando se compara o número de mulheres brancas mortas entre 2000 e 2012, nota-se uma redução de 34,04% (141 casos notificados para 93). Em relação às mulheres negras, houve aumento de 6,32% (de 190 para 202 casos) no mesmo período.

As mulheres negras que nunca fizeram exames preventivos de colo de útero são em maior número - 18,2% das mulheres pardas e 17,5% das mulheres pretas, em idade fértil, não fizeram nenhum exame. Elas são as que menos têm acesso a contraceptivos - somente 44,2% das negras utilizaram algum método nos 12 últimos meses. As mulheres negras também representam 70% das mulheres gestantes do país. No caso de abortos espontâneos, 18,9% são mulheres negras.

Quando se fala de educação, as mulheres tem aumento a matrícula nos cursos de ensino médio. As mulheres negras também têm acompanhado essa tendência com um aumento no número de matrículas. Passando de um pouco mais de 700 mil em 2007 para mais de 1400 milhão em 2013.

Violência contra as mulheres

Em 2016, a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 recebeu 140 mil relatos de violência. Desse total, 60,53% das vítimas são mulheres declaradas negras (pretas e pardas).

O Mapa da Violência 2015, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), aponta um aumento de 54% em dez anos no número de mortes violentas de mulheres negras, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. No mesmo período, a quantidade anual de mortes violentas de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013.

“Como podemos ver pelos números apresentados, ainda existe uma longa jornada a ser cumprida pelas mulheres, em especial as negras, para alcançarem uma equidade no campo dos direitos econômicos e sociais. E por isso, temos que intensificar nossa luta para que possamos atingir esses objetivos”, afirmou a Secretária da Diversidade Humana da UGT, Ana Cristina dos Santos Duarte.

Racismo no Trabalho

60% dos negros dizem ter sofrido racismo no trabalho, aponta pesquisa.

Mais da metade dos profissionais negros admite já ter alisado ou raspado o cabelo para ser aceito no trabalho.

Praticamente sete em cada 10 (67%) profissionais negros já sentiu que perdeu uma vaga de emprego por conta de sua cor. É o que aponta pesquisa divulgada nesta terça-feira (25) pela consultoria Etnus.

O estudo ouviu 200 moradores da cidade de São Paulo, entre maio e julho deste ano.

Segundo o levantamento, 92% deles acreditam que existe racismo na contratação de candidatos e 60% já sofreram preconceito no ambiente de trabalho.

Os dados mostram ainda que o racismo e o fato de ser negro estão entre as principais dificuldades que esses trabalhadores enfrentam no mercado, com 34% e 31% de citações, respectivamente.



Observatório
do Trabalho
Decente



Instituto de Altos
Estudos

CONTEC comemora seus 59 anos de existência

Nesta sexta-feira, dia 28, a CONTEC completa 59 anos trabalhando em prol dos trabalhadores do sistema financeiro. Sua trajetória iniciou-se em 1958, quando no Rio de Janeiro-RJ, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC. Seis anos após, a entidade sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, e o então presidente, **Aluysio Palhano Pedreira Ferreira** foi preso, torturado e assassinado pelas forças do regime autoritário.

Com o restabelecimento da democracia, a CONTEC passou a ter vida administrativa e política independente, embora ainda padeça de certa “discriminação” por não se vergar a governos, partidos políticos ou patrões. A CONTEC se orgulha de representar os trabalhadores e por isto, realiza negociações e entendimentos republicanos – com todo e qualquer governo legitimamente constituído – com base na autonomia e independência.

Em todos estes anos, a postura da CONTEC tem sido esta, por ser a única maneira ética de bem representar e defender os direitos e interesses dos bancários e securitários brasileiros. Sabemos que a luta ainda é grande e que o caminho não será fácil, mas estamos convictos de que poderemos juntos comemorar mais muitos anos de vida para a CONTEC!



Diretores da FETHESP discutem reforma trabalhista

Diretores da Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo – FETHESP, entidade filiada à UGT, se reuniram na cidade de Presidente Prudente/SP, nos dias 19 e 20 de julho, para discutir, entre outros assuntos, os desdobramentos da reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017).



A sanção da Lei nº 13.467/2017, que trata da reforma trabalhista, pelo presidente Michel Temer, foi amplamente discutida pelos sindicalistas, que assistiram à apresentação da advogada e assessora da Presidência da FETHESP, Dra. Marilene Rodrigues, sobre o assunto.

De acordo com o presidente da FETHESP, Rogério Gomes, a reforma trabalhista vai exigir do movimento sindical uma nova forma de atuação.

“A renovação do sindicalismo deve passar prioritariamente pela realização de Acordos Coletivos de Trabalho que possam garantir que as mudanças instituídas pela reforma sindical não sejam somente a prejuízo da classe trabalhadora”, afirmou Gomes.

Assembleia de São Paulo presta homenagem a UGT

A Assembleia Legislativa de São Paulo, por meio de indicação do Deputado **Davi Zaia**, realizará Sessão Solene em homenagem aos dez anos da União Geral dos Trabalhadores, a ser realizada no dia 7 de agosto de 2017, às 10 horas, no Plenário Juscelino Kubitschek de Oliveira, para a qual convidamos a todos.

A UGT, que tem como slogan “Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador”, foi fundada em 2007 e é a segunda maior central sindical do país. Presidida pelo sr. Ricardo Patah, é uma das grandes defensoras do trabalhador brasileiro e se sentirá por demais prestigiada com a presença de vocês.

Assédio Sexual no Trabalho- Perguntas e Respostas

Cartilha informativa com perguntas e respostas sobre assédio sexual no ambiente de trabalho. Produzida em parceria pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), esta cartilha traz com orientações sobre assédio sexual no ambiente de trabalho.



Assédio Sexual no Trabalho